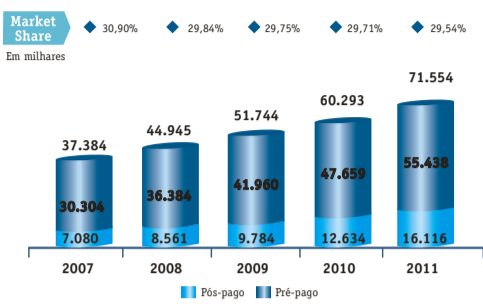


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

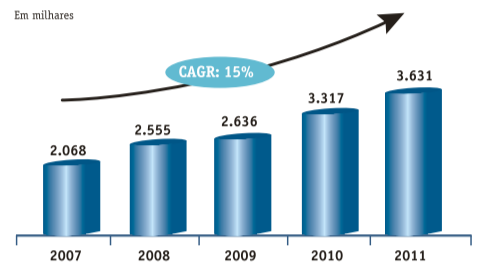
Performance Operacional

Em 2011, a Companhia totalizou 71.554 mil acessos móveis, reafirmando sua liderança com uma participação de mercado (market share) de 29,5%. Os números abaixo retratam o comportamento operacional móvel:

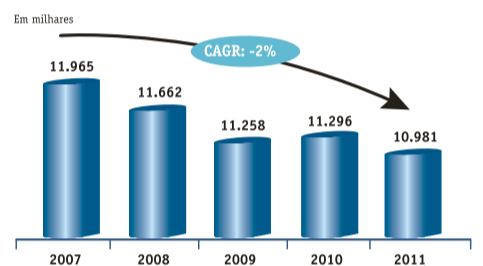


Em relação à telefonia fixa, a Companhia encerrou o ano de 2011 com 15.311 mil unidades geradoras de receitas, crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior. Há, entretanto, uma clara mudança no mix dos serviços prestados, com um significativo aumento na representatividade de acessos de banda larga sobre linhas em serviço, que passou de 29,4% em 2010 para 33,1% em 2011.

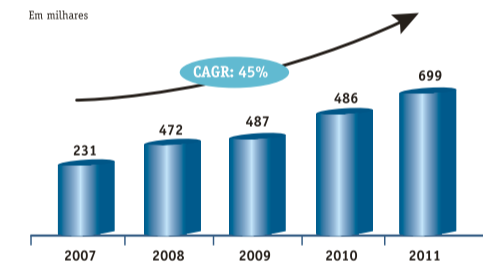
Banda Larga - atingiu 3,6 milhões de clientes no final de 2011, crescimento de 9,5% ou 314 mil adições líquidas em relação a 2010. Essa evolução reflete a confiança dos clientes no compromisso da Companhia com a qualidade. Contribuiu para essa evolução o acesso por meio do FTTH (Fiber to the Home - Fibra conectando a casa), com o portfólio de velocidades de 15Mb, 30Mb e 100Mb. A melhoria desse serviço segue garantindo baixos níveis de churn e um expressivo aumento no índice de satisfação do cliente de banda larga.



Linhas em Serviço - atingiu 10.981 mil clientes em 2011, redução de 2,8% em relação a 2010, devido à aceleração da substituição fixo-móvel. O contínuo crescimento do segmento corporativo compensa, em parte, essa queda.



TV por assinatura - atingiu 699 mil clientes em 2011, crescimento de 43,7% em relação a 2010. Ressalte-se que em 2011 a empresa passou a consolidar a base de clientes da TVA.

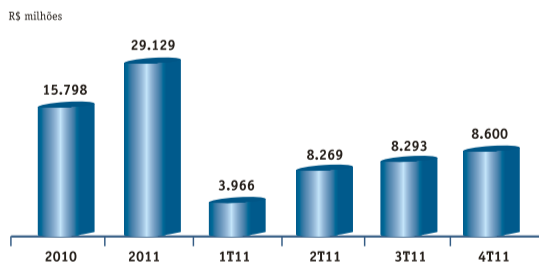


Dessa forma, a Companhia encerrou 2011 com 86.865 milhões de clientes, apresentando crescimento de 15,2%, a maior empresa de telecomunicações do Brasil.

4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Receita Operacional Líquida

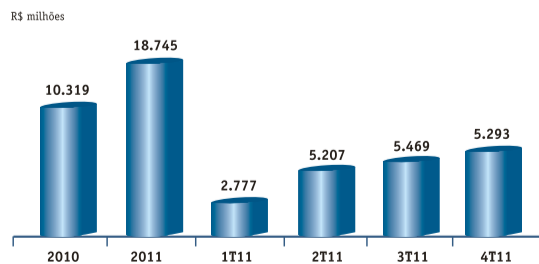
Em 2011, a Companhia apurou receita operacional líquida consolidada de R\$29.129 milhões, aumento de 84,4% em comparação a 2010, que registrou R\$15.798 milhões. Esse efeito é justificado principalmente pela consolidação dos resultados da Vivo S.A., de abril a dezembro de 2011 e pelo aumento nas receitas do serviço de banda larga e dados corporativos, além do crescimento da receita de longa distância nacional, explicado pelo maior tráfego de origem móvel com a utilização do "15" (código de seleção de prestadora).



A receita operacional líquida das vendas de mercadorias foi de R\$811,3 milhões, superior a apresentada em 2010 que foi de R\$149,4 milhões. Essa variação está relacionada a consolidação dos resultados da Vivo S.A., de abril a dezembro de 2011. A atividade comercial com a aquisição de clientes somente em SIM Cards e a melhor negociação com fornecedores, impactam de forma substancial o resultado dessa rubrica.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, aumentaram 81,7%, atingindo R\$18.745 milhões em 2011. Isso se deve principalmente à consolidação dos resultados da Vivo S.A., de abril a dezembro de 2011 e ao acréscimo nas despesas com serviços prestados, decorrente do aumento dos gastos com interconexão, compensada pela redução no custo de mercadorias vendidas e na Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

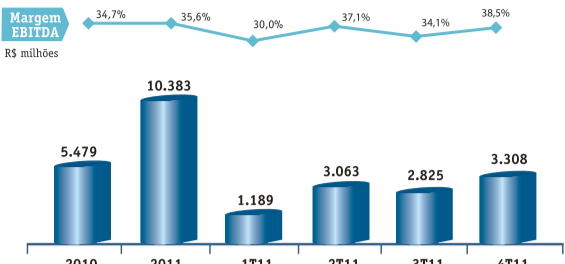


4.2 Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas consolidadas aumentou 62,6%, passando de R\$3.565,3 milhões em 2010 para R\$5.797,4 milhões em 2011. Contribuíram para essa evolução, principalmente, a consolidação da Vivo S.A. para os meses de abril a dezembro de 2011 e o aumento das receitas do serviço de banda larga e receita de dados.

4.3 EBITDA

O EBITDA em 2011 foi de R\$10.383,3 milhões, aumento de 89,5% em relação aos R\$5.478,8 milhões de 2010. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2011 foi de 35,6%, aumento de 0,9 p.p. em relação à margem de 34,7% registrada no ano anterior. Essas variações estão relacionadas principalmente à consolidação dos resultados da Vivo S.A., de abril a dezembro de 2011. Contribuiu também para esse crescimento o aumento das receitas de dados e SVAs, além da receita de longa distância.



	2011	2010
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras (*)	5.797,4	3.565,3
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	3.234,6	1.687,4
Em despesas de comercialização de serviços	435,3	123,0
Em despesas gerais e administrativas	916,0	103,0
EBITDA	10.383,3	5.478,8
Margem EBITDA		
a) EBITDA	10.383,3	5.478,8
b) Receita operacional líquida (*)	29.128,7	15.798,3
a) / b)	35,6%	34,7%

(*) Vide demonstrações de resultados.

4.4 Endividamento e Resultado Financeiro

	2011	2010
Empréstimos e Financiamentos (Nota 18.1)	(4.947,5)	(1.825,7)
Debêntures (Nota 18.2)	(1.256,4)	-
Endividamento total	(6.203,9)	(1.825,7)
Operações com derivativos (Nota 36)	98,2	(27,9)
Endividamento após derivativos	(6.105,7)	(1.853,6)

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com dívida bruta de R\$6.203,9 milhões (R\$1.825,7 milhões em 2010) ou 14,3% do patrimônio líquido (15,6% em 2010). O aumento em 2011 reflete a consolidação da Vivo S.A. para os meses de abril a dezembro de 2011. Os recursos captados são 19,3% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES) e 80,7% denominados em moeda nacional. A Companhia empenha constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

4.5 Resultado do Exercício

A consolidação dos resultados no exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R\$4.362,2 milhões em 2011, aumento de 81,8% em relação a 2010, refletindo a consolidação dos resultados da Vivo S.A., além da melhor performance operacional e financeira da Companhia. A margem líquida foi de 15,0%.

Em milhões de reais	2011	2010
a) Lucro líquido do exercício (*)	4.362,2	2.398,8
b) Receita operacional líquida (*)	29.128,7	15.798,3
a) / b)	15,0%	15,2%

(*) Vide demonstrações de resultados.

4.6 Investimentos

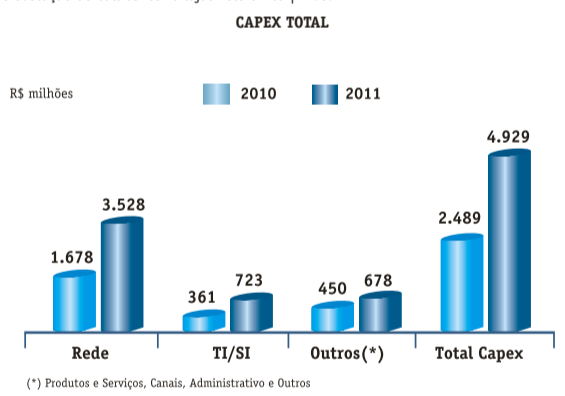
Em 2011, a Companhia investiu R\$ 4.929 milhões em projetos que sustentam a entrega do resultado atual e a posicionam para o cenário competitivo de médio prazo, além de R\$ 811,8 milhões na aquisição de licenças móveis em leilão realizado pela Anatel em dezembro de 2010.

Parte significativa dos recursos foi alocada de forma a possibilitar o crescimento com qualidade na prestação dos serviços. Os investimentos na manutenção da qualidade de serviços e expansão da base de clientes atendida representaram 67% do total investido em 2011.

Para atender uma sociedade cada vez mais conectada, investimentos significativos foram feitos para suportar o forte crescimento dos clientes de dados sejam eles nos serviços de dados fixos e móveis ou em serviços de alta velocidade dedicados ao mercado corporativo. Além disso, a empresa está construindo o futuro da banda larga, aumentando a capacidade da rede de fibra ótica em São Paulo, que já conta com mais de 1 milhão de "homes passed". Também investiu na expansão do backbone de transmissão de dados nacional, de modo a atender o incremento na demanda de tráfego de dados móvel em todo território brasileiro. Em 2011, mais de R\$1 bilhão foram investidos a fim de assegurar o suporte a todo o leque de serviços de dados oferecido aos clientes. Para antecipar a captura do potencial de internet em diversas regiões do Brasil com demanda reprimida, avançou de forma considerável o projeto Vivo Internet Brasil, atingindo mais de 2,5 mil municípios com cobertura 3G, número maior que o de todas as outras operadoras juntas.

Adicionalmente aos serviços de dados, foram feitos investimentos importantes na manutenção e expansão do serviço de voz, responsável por parte significativa das receitas. Na operação móvel vale destacar que em 2011 foi ativada a rede GSM de 1.800 MHz em todo o território nacional, possibilitando à Telefônica | Vivo ser a única operadora capaz de oferecer seus serviços a todos os aparelhos do Brasil. Além disso, a empresa inovou ao tornar-se a primeira operadora de telefonia móvel a fornecer, no mesmo aparelho, o serviço de telefonia celular e push-to-talk com o Vivo Direto, que foi um grande sucesso comercial. Outra inovação foi o relançamento do Vivo Residencial, com uma oferta de telefonia fixa para todo o território nacional, utilizando a rede móvel para tráfego de chamadas. Na operação fixa, vale destacar investimentos para recuperação da rede fixa, melhorando a qualidade do serviço.

Viabilizando a oferta de quadruple-play Telefônica | Vivo, foram feitos investimentos na operação de TV paga, com a comercialização através de diferentes plataformas. Na infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento) também foram aplicados recursos significativos. Em 2011, além de investimentos para evolução e melhoria dos sistemas operacionais, foi concluída a construção do novo datacenter. Situado em Santana de Parnaíba (SP), o projeto contempla capacidade para atender a demanda da empresa para os próximos anos e ainda expressa um compromisso socioambiental importante, que prevê o reuso de água, uma estação de tratamento de esgotos e eficiência energética de seus equipamentos e sistemas operacionais. Também vale destacar os investimentos em manutenção e evolução do call center e lojas Telefônica | Vivo.

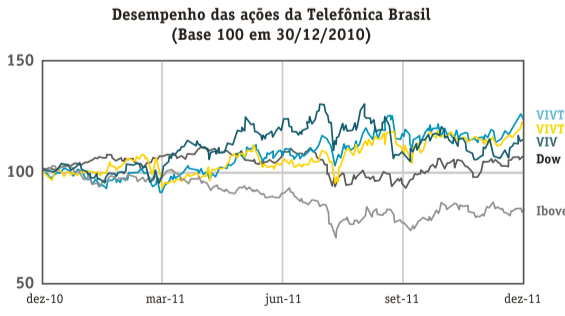


5 - MERCADO DE CAPITAIS

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na BM&FBOVESPA sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIV.

As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano cotadas a R\$47,79 e R\$51,90, apresentando, respectivamente, evolução anual de 21,6% e 23,5%, frente a uma desvalorização de 18,1% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$27,82, avançando 13,8% no ano, frente a uma evolução do Índice Dow Jones de 6,2% no período.

Considerando os dividendos acumulados pagos no ano e a valorização no período, o TSR (Total Shareholders Return) das ações VIVT3 e VIVT4 no período foi de 25,1% e 27,0%, respectivamente. O volume médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$774,2 mil e R\$26.712,6 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$22.605,5 mil. O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:



5.1 Política de remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir com dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária. Os dividendos declarados em 2011 pela Telefônica Brasil totalizaram R\$2,2bilhões, conforme relacionado na tabela a seguir.

2011	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP	12/12/2011	29/12/2011	617,0	524,5	ON	0,514966	0,437720	Até 31/12/2012
					PN	0,566462	0,481492	
Dividendos	13/09/2011	30/09/2011	382,4	382,4	ON	0,319059	0,319058	03/11/2011
					PN	0,350965	0,350964	
JSCP	13/09/2011	30/09/2011	1.250,0	1.062,5	ON	1,042948	0,886505	03/11/2011
					PN	1,147243	0,975156	

5.2. Plano para compra de ações de emissão da própria Companhia

Em 11 e 15 de agosto de 2011, respectivamente, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação, pelos membros do Conselho de Administração, da aquisição de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para essa recompra foi utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º alíneas (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80.

A recompra teve início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 20 de outubro de 2011, sendo as aquisições realizadas na BM&FBOVESPA, a preços de mercado. Coube à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações, bem como a definição dos parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.700.000 ações preferenciais e de 2.900.000 ações ordinárias.

Em 07 de novembro de 2011, novamente a Companhia informou a aprovação, pelos membros do Conselho de Administração, de um novo plano para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia com o mesmo propósito e utilizando a mesma reserva informada acima.

A nova recompra teve início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 06 de novembro de 2012. As aquisições são realizadas na BM&FBOVESPA, sempre a preços de mercado, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e de 25.207.477 ações preferenciais. No encerramento do período, a Companhia adquiriu 22.500 ações ordinárias e 946.300 ações preferenciais.

5.3 Posição Acionária

Posição em 31 de dezembro de 2011	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	350.127.371	480.624.588	830.751.959
	91,76%	64,60%	73,81%
Minoritários	31.220.000	261.912.685	293.132.685
	8,18%	35,20%	26,04%
Tesouraria	239.740	1.477.546	1.717.286
	0,06%	0,20%	0,15%
Número total de ações	381.587.111	744.014.819	1.125.601.930

5.4 Eventos Societários

Incorporação de Ações da Vivo Participações S.A. ("Vivo Part") pela Telecomunicações de São Paulo S.A.

Em reunião realizada em 24 de março de 2011, a Anatel concedeu anuência prévia à operação de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia e a Vivo Part, tendo o Ato nº 1.970, de 1º de abril de 2011, sido publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 11 de abril de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e de ações ordinárias da Vivo Part tiveram até o dia 30 de maio de 2011 para exercer o direito de receso.

Concentração das Autorizações do SMP e Simplificação da Estrutura Societária

Em reunião do Conselho de Administração da Vivo Part, realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP, unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo S.A..

Em 16 de agosto de 2011, a Anatel aprovou a Reestruturação Societária nos termos do Ato nº 5.703, publicado no DOU em 18 de agosto de 2011.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, em 12 de setembro de 2011, uma empresa independente elaborou o laudo do Patrimônio Líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Companhia ("data-base" de 31 de agosto de 2011), contendo a parte do acervo patrimonial da Vivo Part correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo S.A. e o acervo patrimonial da Vivo Part foi incorporado pela Companhia. Na data-base, a Vivo Part foi avaliada em R\$10,3 milhões.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de setembro de 2011, foram aprovados, ad referendum da assembleia geral da Vivo Part: i) o laudo do Patrimônio Líquido contábil da Companhia; e ii) o Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação ("Protocolo") visando a incorporação da Vivo Part pela Companhia.

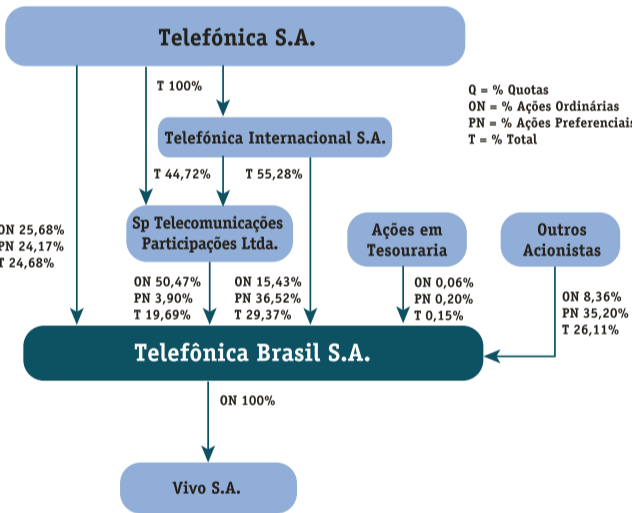
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de outubro de 2011, foi aprovado o laudo do Patrimônio Líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis da Vivo Part ("data-base" de 31 de agosto de 2011), contendo a parte do acervo patrimonial da Vivo Part correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais, conferido nessa data ao patrimônio da Vivo S.A.. O acervo líquido apurado no referido laudo foi de R\$ 833 milhões, o qual foi utilizado para o aumento de capital na Vivo S.A. mediante a subscrição de ações pela Vivo Part, integralizadas mediante a conferência de bens e direitos.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 3 de outubro de 2011, foi aprovada a incorporação da Vivo Part pela Companhia. Nessa mesma data, a Vivo Part foi extinta, e a Companhia alterou sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., refletindo a sua atuação em âmbito nacional. Em função dessa alteração, os códigos de negociação das ações da Companhia foram alterados a partir de 6 de outubro de 2011 (inclusive), passando de TLPP3 (ações ordinárias) e TLPP4 (ações preferenciais) para VIVT3 e VIVT4, respectivamente, com a conseqüente alteração do nome do pregão para TELEF BRASIL.

Prestação de serviços de STFC fora de São Paulo pela Vivo S.A.

Em 18 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato nº 7.012 da ANATEL, autorizando a Vivo S.A. a prestar Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) destinado ao uso público em geral, nas modalidades local, longa distância e longa distância internacional nas Regiões I e II do PGO (fora de São Paulo). A Vivo atuará em âmbito nacional, exceto no Estado de São Paulo onde atua a Companhia.

6 - ESTRUTURA SOCIETÁRIA



7 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A maximização do valor da Companhia;
- A transparência na prestação das contas da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores e clientes;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- O papel essencial do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia, e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações de informações e reduzir as incertezas dos investidores, a Companhia tem instituído normas e políticas internas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas. Acredita que essas medidas beneficiam os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

(a) A implantação das seguintes normativas internas:

- Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante:** implantada por decisão do Conselho de Administração em cumprimento às disposições da Instrução CVM 358/02. Tal política tem por objetivo estabelecer regras para divulgação de informações relevantes de interesse do mercado.
- Regulamento Interno de Conduta:** implantado por

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010		2011	2010	2011	2010
ATIVO										
ATIVO CIRCULANTE		4.775.480	4.374.823	11.810.118	5.147.449					
Caixa e equivalentes de caixa	5 e 36	826.902	1.089.089	2.940.342	1.556.715	15	244.438	299.877	495.624	307.245
Contas a receber de serviços, líquidas	6	2.286.636	2.356.013	5.105.860	2.546.225	16	2.396.987	2.568.077	6.081.611	2.832.157
Materiais de estoques	7	31.836	35.102	471.721	77.499	17	700.187	720.143	1.691.991	754.993
Tributos a recuperar	8.1	1.130.761	480.691	2.495.066	659.357	18.1	510.899	420.412	988.413	420.412
Depósitos judiciais	9	-	-	116.421	-	18.2	468.624	-	468.624	-
Operações com derivativos	36	674	166	1.840	166	19	972.986	450.897	972.986	450.897
Despesas antecipadas	10	37.705	40.623	255.056	41.372	20	287.137	240.213	416.313	240.213
Outros ativos	11	460.966	373.139	423.812	266.115	36	10.960	9.502	51.162	9.502
ATIVO NÃO CIRCULANTE		50.269.267	15.226.157	53.679.855	14.818.845					
Aplicações financeiras em garantia		-	-	99.114	-	21	84.956	93.518	761.268	103.339
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	-	88.855	67.343	22	346.396	112.594	389.953	112.594
Tributos a recuperar	8.1	787.852	320.720	1.014.959	326.677	22	374.608	378.315	422.318	383.958
Tributos diferidos	8.2	-	501.254	1.428.878	503.679					
Depósitos Judiciais	9	2.815.964	1.696.417	3.400.244	1.710.683					
Operações com derivativos	36	35.142	-	225.935	-					
Despesas antecipadas	10	18.290	24.647	32.138	24.647					
Outros ativos	11	109.221	109.698	148.293	153.808					
INVESTIMENTOS		12	20.245.883	2.370.573	37.835	100.837				
IMOBILIZADO, LÍQUIDO		13	9.691.517	9.575.959	17.153.920	10.200.697				
INTANGÍVEL, LÍQUIDO		14	16.555.398	626.789	30.053.684	1.730.474				
TOTAL DO ATIVO		55.044.747	19.600.980	65.489.973	19.966.294					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOSExercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		
		2011	2010	2011	2010	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		24	14.869.327	14.624.068	29.128.740	15.798.251
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(8.766.822)	(7.701.401)	(14.380.171)	(8.844.805)	(8.844.805)
LUCRO BRUTO			6.102.505	6.922.667	14.748.569	6.953.446
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			(1.448.017)	(3.320.796)	(8.951.203)	(3.388.110)
Comercialização dos serviços	26	(2.920.471)	(2.816.885)	(7.010.125)	(2.964.632)	(2.964.632)
Despesas gerais e administrativas	27	(868.954)	(663.028)	(2.383.236)	(738.846)	(738.846)
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.308.650	(189.047)	-	2.889	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28	32.758	348.164	442.158	312.479	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			4.654.488	3.601.871	5.797.366	3.565.336
Resultado financeiro líquido	29	(85.063)	(169.461)	(139.692)	(120.738)	(120.738)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS			4.569.425	3.432.410	5.657.674	3.444.598
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	30	(214.107)	(1.033.574)	(1.295.475)	(1.045.762)	(1.045.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			4.355.318	2.398.836	4.362.199	2.398.836
Atribuíveis a:						
Participação de sócios não controladores		-	-	6.881	-	-
Detentores do capital próprio da empresa controladora		4.355.318	2.398.836	4.355.318	2.398.836	-
Lucro básico e diluído por ação - ordinária		4,40	4,45	4,40	4,45	-
Lucro básico e diluído por ação - preferencial		4,84	4,89	4,84	4,89	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTESExercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	4.355.318	2.398.836	4.362.199	2.398.836
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	(5.170)	(117.609)	(5.170)	(117.609)
Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	1.758	39.987	1.758	39.987
Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	(57.598)	(54.474)	(62.581)	(60.585)
Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	19.584	18.522	19.584	18.522
Ganhos (perdas) operações de derivativos	-	-	3.022	-
Impostos sobre ganhos (perdas) operações com derivativos	-	-	(1.027)	-
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	4.520	(6.778)	4.520	(6.778)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	(2.988)	(6.111)	-	-
Ganhos (perdas) líquidos reconhecidos no Patrimônio Líquido	(39.894)	(126.463)	(39.894)	(126.463)
Resultado abrangente do exercício	4.315.424	2.272.373	4.322.305	2.272.373
Atribuíveis a:				
Participação de sócios não controladores	-	-	6.881	-
Detentores do capital próprio da empresa controladora	4.315.424	2.272.373	4.315.424	2.272.373
Resultado básico e diluído por ação - ordinária	4,36	4,21	4,36	4,21
Resultado básico e diluído por ação - preferencial	4,80	4,63	4,80	4,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDOEm 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prêmio na aquisição de participação de não controladores	Reserva especial de ação	Reserva de capital de Tesouraria	Reserva de lucros acumulados	Lucros adicionais propostos	Instr. Finance. Disp. p. Venda Liq. de RI/CS	Operações com derivativos	Difer. de conversão invest. no exterior	Patrimônio Líquido da Companhia	Particip. dos não controladores no PL das controladoras	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	6.575.480	-	63.074	2.688.207	(17.719)	659.556	(8.759)	1.251.646	-	11.300.302	-	11.300.302
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	134.440	-	-	-	134.440	-	134.440
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.398.836	-	-	-	2.398.836	-	2.398.836
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(42.063)	-	-	-	(42.063)	-	(42.063)
Destinação dos lucros:												
Dividendos	-	-	-	-	-	(196.355)	(1.251.646)	-	-	(1.448.001)	-	(1.448.001)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(503.200)	-	-	-	(503.200)	-	(503.200)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(88.800)	-	-	-	(88.800)	-	(88.800)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(1.694.099)	1.694.099	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	6.575.480	63.074	2.688.207	(17.719)	659.556	1.694.099	13.296	(8.879)	11.667.114	11.667.114	-	11.667.114
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	-	-	-	-	-	107.874	-	-	-	107.874	-	107.874
Aumento de capital pela incorporação das ações da Vivo Participações em 27/04/2011	31.222.630	-	47.723	(3)	-	-	-	-	-	31.270.353	-	31.270.353
Direito de resgate aos acionistas devido à incorporação da Vivo	-	-	-	(61.617)	-	-	-	-	-	(61.617)	-	(61.617)
Recompra de ações	-	(29.929)	-	-	-	-	-	-	-	(29.929)	(1.813)	(31.742)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	217.766	(217.766)	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	4.355.318	-	-	-	4.355.318	6.881	4.362.199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(42.997)	-	-	-	(42.997)	-	(42.997)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(382.400)	(1.694.099)	-	-	(2.076.499)	-	(2.076.499)
Destinação dos lucros:												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(1.586.950)	-	-	-	(1.586.950)	-	(1.586.950)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(280.050)	-	-	-	(280.050)	-	(280.050)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(1.953.029)	1.953.029	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	37.798.110	(29.929)	63.074	2.735.930	(79.339)	877.322	9.884	1.995	(4.359)	43.325.717	5.068	43.330.785
Ações em circulação (em milhares)												1.123.885
VPA - Valor patrimonial das ações da controladora												38,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISExercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Vencimentos das Autorizações	
	2011	2010
1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES		
a. Do controle acionário		
A Telefônica Brasil S.A. (anteriormente denominada Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp), a seguir denominada "Companhia" ou "Telefônica Brasil", tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Telefônica Brasil pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2011, a Telefônica S.A., empresa holding do Grupo, possui uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (87,95% em 31 de dezembro de 2010, sendo 85,57% das ações ordinárias e 89,13% das ações preferenciais).		
b. Das operações		
A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e autorizações, respectivamente, outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 (notas 1.b.1 e 1.b.2 adiante). A Companhia e suas subsidiárias também possuem autorizações da ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, de telefonia móvel, de dados, internet em banda larga (prestado sob a marca <i>Speedy</i> e <i>Ajato</i>), serviços de telefonia móvel (SMP, através da Vivo) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (<i>Telefônica TV Digital</i>) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 e aguardam a definição das condições de pagamento para renovação pela ANATEL.		
A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa. É também registrada na Securities and Exchange Commission - SEC, dos EUA, e suas <i>American Depositary Shares - ADS's</i> - nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).		
b.1. Contrato de Concessão do STFC		
A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).		
O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.		
O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo residual foram assinados junto à ANATEL. Dessa maneira, com a adjudicação efetiva dos referidos lotes, a Vivo S.A. incrementou seu espectro, passando a operar nas frequências de 900 MHz e 1.800 MHz de forma abrangente. Na data da assinatura dos Termos de Autorização, foi pago o montante de R\$81.175, referente a 10% do valor total e os 90% restantes foram pagos à vista em dezembro de 2011.		
O montante de R\$811.754, referente ao total dos 23 lotes, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como ativo intangível.		
Em 18 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato nº 7.012 que concede autorização à Vivo S.A. para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) destinado ao uso público em geral. A Vivo S.A. está atuando nessa autorização em âmbito nacional, exceto no Estado de São Paulo onde atua a Companhia. A Vivo S.A. explora o serviço móvel pessoal (SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, conforme segue:		
Área de Operação	Vencimentos das Autorizações	
Rio de Janeiro	Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	29/11/20 (banda A), 30/11/20 (banda L) e 30/04/23 (banda J)
Espírito Santo	Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 30/11/23 (banda A e L)
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	Radiofrequências 800/900/1800/1900	



Telefônica Brasil S.A.

(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELES P)

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para obsolescência:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(92.920)	(70.237)	(99.696)	(75.928)
Adições	(10.191)	(24.484)	(37.462)	(31.566)
Baixas	67.460	1.801	95.149	7.800
Combinação de negócios	-	-	(18.852)	-
Consolidação TVA	-	-	(3.465)	-
Saldo final	(35.651)	(92.920)	(64.326)	(99.696)

A redução dos estoques de materiais para venda, foi motivada pelos processos de alienação destes materiais por meio de leilões realizados e reaproveitamento/utilização na planta da empresa.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos e contribuições retidos na fonte	106.072	70.558	152.919	91.185
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.051.864	13.422	1.143.988	27.088
ICMS (*)	422.679	397.745	1.665.896	534.323
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	284.959	313.177	307.832	313.177
Pis e Cofins	43.898	4.789	210.950	17.726
Outros	9.141	1.720	28.440	2.535
Total	4,918.613	801.411	3,510.025	986.034
Circulante	1.130.761	480.691	2.495.066	659.357
Não circulante	787.852	320.720	1.014.959	326.677

(*) O saldo em 31 de dezembro de 2011 refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo diferido	-	-	-	-
IR e sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas (a)	-	-	348.576	2.325
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	582.695	302.607	736.312	302.607
Planos de benefícios pós-emprego	98.833	74.460	98.833	74.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.466	100.194	178.433	100.194
Provisão Fust	89.294	73.251	151.985	73.251
Provisão para perda de modens e outros	8.745	18.713	8.745	18.713
Participação nos resultados	43.368	38.730	82.564	38.730
Depreciação acelerada	101.668	46.318	433.512	46.318
Provisão para ajuste de realização dos estoques	12.121	31.593	17.542	31.593
Provisão para programa de fidelização	-	-	23.999	-
Operações com derivativos	37.352	33.188	69.387	33.188
Crédito fiscal incorporado (b)	22.076	34.691	46.962	34.691
Provisões	129.087	129.798	354.916	129.798
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	99.143	128.144	308.462	128.144
Total	1.321.848	1.011.687	2.859.628	1.014.012

Passivo diferido
IR e sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas (a)

Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis

Planos de benefícios pós-emprego

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Fust

Provisão para perda de modens e outros

Participação nos resultados

Depreciação acelerada

Provisão para ajuste de realização dos estoques

Provisão para programa de fidelização

Operações com derivativos

Crédito fiscal incorporado (b)

Provisões

IR e CS sobre outras diferenças temporárias

Total

Total do ativo (passivo) líquido não circulante

a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pelas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas Telefônica Data S.A. e Telefônica Sistema de Televisão S.A. não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$54.139 em 31 de dezembro de 2011, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem a realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pelas subsidiárias decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2011 não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicassem a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2011	1.195.277	1.154.399	2.349.677	2.349.677
Crédito fiscal (25% + 9%)	298.819	103.896	402.715	103.896
Crédito fiscal reconhecido	259.011	89.565	348.576	89.565
Crédito fiscal não reconhecido	39.808	14.331	54.139	14.331

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2010	130.435	130.435	260.870	260.870
Crédito fiscal (25% + 9%)	32.609	11.739	44.348	11.739
Crédito fiscal reconhecido	1.710	615	2.325	615
Crédito fiscal não reconhecido	30.899	11.124	42.023	11.124

b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de âmbito por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo Diferido	-	-	-	-
Ativos diferidos	1.011.687	133.216	(74.609)	251.554
Total	1.011.687	133.216	(74.609)	251.554

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal	2.325	(393.067)	739.318	348.576
Ativos diferidos	1.011.687	252.826	(108.222)	1.354.761
Total	1.014.012	252.826	(501.289)	2.094.079

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal	1.716	609	-	2.325
Outros ativos diferidos	926.990	111.175	(26.478)	1.011.687
Total	928.706	111.784	(26.478)	1.014.012

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31/12/2010	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126
Adições	207.869	207.869	(3.669)	(58.509)
Baixas	(3.669)	(3.669)	(58.509)	(58.509)
Combinação de negócios	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Outros resultados abrançantes	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Saldo em 31/12/2011	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31/12/2009	510.333	274.332	(155.452)	1.611.833
Adições	207.869	207.869	(3.669)	(58.509)
Baixas	(3.669)	(3.669)	(58.509)	(58.509)
Combinação de negócios	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Outros resultados abrançantes	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Saldo em 31/12/2010	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31/12/2009	510.333	274.332	(155.452)	1.611.833
Adições	207.869	207.869	(3.669)	(58.509)
Baixas	(3.669)	(3.669)	(58.509)	(58.509)
Combinação de negócios	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Outros resultados abrançantes	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Saldo em 31/12/2010	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em 31/12/2009	510.333	274.332	(155.452)	1.611.833
Adições	207.869	207.869	(3.669)	(58.509)
Baixas	(3.669)	(3.669)	(58.509)	(58.509)
Combinação de negócios	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Outros resultados abrançantes	(58.509)	(58.509)	(58.509)	(58.509)
Saldo em 31/12/2010	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126

A Companhia prevê a realização dos ativos (passivos) fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
2012	240.635	1.337.875	240.635	1.337.875
2013	93.927	93.927	93.927	93.927
2014	1.758	1.758	1.758	1.758
2015	(31.700)	(31.700)	(31.700)	(31.700)
2016	(35.603)	(35.603)	(35.603)	(35.603)
2017 em diante	(1.057.971)	(1.057.971)	(1.057.971)	(1.057.971)
Total	(788.954)	639.924	(788.954)	639.924

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas subsidiárias possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Natureza	2011	2010	Totais
Trabalhista	553.534	539.919	526.581	76.383
Tributária	126.575	46.324	122.489	289.242
Cível	(39.080)	(595)	(57.693)	(321.273)
Judicial	38.620	60.821	36.235	-
Totais	32.954	-	(30.029)	(2.925)
Ingressos	5.457	802.742	3.764	5.919
Baixas/reversões	18.501	15.207	61.887	80.087
Atualização monetária	14.316	30.415	28.673	-
Transferências	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Incorporação da Vivo Part.	5.065	802.742	3.764	5.919
Saldo em não circulante em 31/12/2011	718.060	1.449.211	601.347	47.346

	Controladora		Consolidado	
	Natureza	2011	2010	Totais
Trabalhista	435.842	477.441	376.177	37.491
Tributária	104.104	32.095	116.780	72.500
Cível	(11.980)	-	(17.437)	-
Judicial	14.316	30.415	28.673	-
Totais	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Ingressos	5.457	802.742	3.764	5.919
Baixas/reversões	18.501	15.207	61.887	80.087
Atualização monetária	14.316	30.415	28.673	-
Transferências	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Incorporação da Vivo Part.	5.065	802.742	3.764	5.919
Saldo em não circulante em 31/12/2011	718.060	1.449.211	601.347	47.346

	Controladora		Consolidado	
	Natureza	2011	2010	Totais
Trabalhista	435.842	477.441	376.177	37.491
Tributária	104.104	32.095	116.780	72.500
Cível	(11.980)	-	(17.437)	-
Judicial	14.316	30.415	28.673	-
Totais	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Ingressos	5.457	802.742	3.764	5.919
Baixas/reversões	18.501	15.207	61.887	80.087
Atualização monetária	14.316	30.415	28.673	-
Transferências	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Incorporação da Vivo Part.	5.065	802.742	3.764	5.919
Saldo em não circulante em 31/12/2011	718.060	1.449.211	601.347	47.346

	Controladora		Consolidado	
	Natureza	2011	2010	Totais
Trabalhista	435.842	477.441	376.177	37.491
Tributária	104.104	32.095	116.780	72.500
Cível	(11.980)	-	(17.437)	-
Judicial	14.316	30.415	28.673	-
Totais	11.252	(32)	22.388	(33.608)
Ingressos	5.457	802.742	3.764	5.919
Baixas/reversões	18.501	15.207	61.887	80.087
Atualização monetária	14.316	30.415	28	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

2010	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado
Equipamentos de comunicação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
Total	45.410.024	(35.834.065)	9.575.959	46.984.551

2010	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado
Equipamentos de comunicação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
Total	45.410.024	(35.834.065)	9.575.959	46.984.551

18.3 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Os montantes não circulares de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2011 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	1.339.309	1.798.058
2012	487.091	1.096.240
2013	170.193	916.949
2014	283	273.038
2015	283	220.109
2016	68.431	442.528
2017	2.065.590	4.746.922
Total	2.065.590	4.746.922

18.4 - CLÁUSULAS RESTRITIVAS

A Vivo S.A. e a Telefônica Brasil possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$3.253.102 (R\$1.143.541 (Vivo)) e R\$1.808.422 (Telefônica Brasil) em 31 de dezembro de 2010. De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

18.5 - GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2011, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada Vivo S.A., conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo/financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.659.858 (URTJLP) R\$194.276 (UMBND) R\$135.471 (Contrato PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2007) R\$283.562: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI) R\$135.471: alienação dos ativos financeiros. Contrato (2011) R\$1.030.572: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação. Telefônica Brasil é interveniente garantidora.
Banco Europeu de Investimento - BEI	R\$707.975	Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$438.279	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo das aplicações: R\$55.679. Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Telefônica Internacional S.A.	156.589	113.839	156.589	113.839
SP Telecomunicações Participações Ltda.	126.283	37.407	126.283	37.407
Telefônica S.A.	129.489	-	129.489	-
Compañia de Telecomunicaciones de Chile S.A.	310	310	310	310
Minoritários	560.315	299.651	560.315	299.651
Total	972.986	450.897	972.986	450.897

Os saldos de juro sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

20. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisões para demandas judiciais e administrativas	425.486	365.230	526.210	366.391
Trabalhistas	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A. (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

2011	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado
Equipamentos de comunicação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
Total	45.410.024	(35.834.065)	9.575.959	46.984.551

2011	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado
Equipamentos de comunicação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469
Total	45.410.024	(35.834.065)	9.575.959	46.984.551

2011	Controladora		Consolidado	
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado
Equipamentos de comunicação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202		



Telefônica Brasil S.A.

(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP)

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (f) IRPJ sobre operações com derivativos; (g) Compensação de imposto sobre o lucro líquido-LLI; (h) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) relativos aos anos calendariais de 2006 e de 2007, questionando a glosa das despesas relacionadas ao ativo pago na aquisição da Celular CRT S/A e na incorporação das operadoras de telecomunicação, ocorrida em outubro de 2006, pela Vivo S.A.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$4.172.479 (Controladora R\$2.934.325), as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

- (a) crédito indenizatório de facilidades e locação de modem Speedy; (b) litígios internacionais (DDI); (c) crédito indenizatório relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; (d) falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (e) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (f) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; (g) co-billing; (h) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (i) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (j) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (k) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (l) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de declaração (descontos incondicionais); (m) cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); (n) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (o) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (p) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (q) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (r) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e (s) estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodatado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, perfazendo o montante de R\$471.876 (Controladora R\$329.477), as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

- (a) ISS - atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementares; (b) retenção; (c) IPTU; (d) Taxa de Uso do Solo; (e) diversas Taxas Municipais; (f) tarifa de Uso da Rede Móvel (T-UM), locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (j) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificação de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações:

Mandatos de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de Fixas, não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST; e Móveis, não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total envolvido remontava em R\$1.719.531 (Controladora R\$578.101). Há em âmbito administrativo, diversas Notificações de Lançamento lavradas pela ANATEL para a cobrança do FUST sobre ITX e EILD e demais receitas oriundas de prestação de serviço que não são de telecomunicação, no valor de R\$1.608.915 (Controladora R\$608.596).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

FUNTELE - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, perfazendo o montante de R\$622.606 (Controladora R\$232.343), as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTELE sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa. O valor total envolvido remontava em R\$1.504.365 (Controladora R\$197.666 com depósito integral).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A subsidiária Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009, foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remontava, em 31 de dezembro de 2011, R\$1.977.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

EBC (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública)

Em 26 de maio de 2009, o Sindicato Brasileiro - Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total envolvido remontava em R\$577 (Controladora R\$551), com depósito no montante integral.

20.3 Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco	Valor envolvido		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provável	4.429.823	426.144	664.703	446.159
Possível	1.490.616	805.261	1.978.973	808.006

Provisões cíveis

Relações de consumo

a) Processos de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento de complementação de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$26.182.

b) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministério Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$315.169 consolidado e R\$165.778 na Controladora.

Relações de consumo

c) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$81.539, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

ANATEL

d) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante total de R\$241.813 (R\$217.324 na controladora, sendo R\$183.073 referente à provisão dos processos administrativos e R\$58.740 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados).

Continuâncias possíveis

Relações de consumo

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública, no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$197.863. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpsu recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo - pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no plano de assistência médica dos aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco relativo a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e a quantidade de ações a serem admitidas, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.

c) Ações Cíveis Públicas propostas pela (i) ASELTE - Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo e Fundação (ii) FENAPAS - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Planos de Fundo do Setor de Telecomunicação, ambas propostas contra a SISTEL, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS-espeh, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos litigiosos pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno a acervo judicial da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebras.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009, em razão da má qualidade de serviços e falhas da prestação de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impôs o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministério Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo em montantes totais de R\$920.509 no consolidado e R\$372.166 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

ANATEL

f) A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível no montante total de R\$860.601 (R\$859.587 na controladora, sendo R\$588.660 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$927 referente à avaliação dos processos judiciais).

Resultados que houve um aumento na controladora no valor avaliado como risco possível em virtude da reavaliação dos processos, concluída em março, tendo em vista significativa alteração nas metodologias de aplicação de sanções utilizadas pela ANATEL para apenamento das infratoras.

g) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP.

De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem ser objeto de tributação de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL. No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91

Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), por Global Village Telecom Ltda. ("GVTV"), Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), Transit do Brasil Ltda. e Easttone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. ("Claro"). Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. ("TIM"), TNL SCS S.A. ("Oi") e Vivo, por supostas práticas de cartel e de price squeeze, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico ("SDE") instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, que, em seu art. 1º, inciso I, define como prática de cartel em economia de mercado a conduta que, (i) afetou a inclusão de cartel em relação a todas as representadas, recomendo-se seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de price squeeze por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (price squeeze).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") para julgamento e, neste momento, aguarda a elaboração do parecer da Procuradoria desse órgão.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Para a hipótese de o CADE vir a condenar as representadas apenas por price squeeze, as multas fixadas atualmente em casos semelhantes têm variado de 1% a 2% do faturamento bruto anual. Todavia na remota hipótese de que o CADE venha a entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, as multas têm variado entre 20 a 30% do faturamento bruto da empresa representada no exercício anterior à instauração do processo (no caso da Companhia: 2007), excluídos impostos.

20.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora		Consolidado			
	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	16.527	2.768.618	887.516	70.317	3.443.460	1.494.011
Saldo final	16.527	2.768.618	887.516	70.317	3.443.460	1.494.011

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de habilitação	67.672	72.671	67.672	72.671
Cartões indutivos	15.783	20.847	15.783	20.847
Serviços e mercadorias (a)	-	-	583.751	-
Subvenções governamentais (c)	44	-	8.322	-
Programa de fidelização (d)	-	-	68.821	-
Outras receitas	1.457	-	16.919	9.821
Total circulate	84.956	93.518	761.268	103.339
Receita de habilitação	30.792	28.383	30.792	28.383
Serviços e mercadorias (a)	-	-	48.095	-
Doações de equipamentos (b)	-	-	22.638	-
Subvenções governamentais (c)	331	-	44.880	-
Outras receitas	7.493	6.837	9.861	10.017
Total não circulate	38.616	35.220	156.266	38.400

a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.

b) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

c) Refere-se aos valores de subvenção governamental da subsidiária Vivo S.A. decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSD), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.

d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a subsidiária integral Vivo S.A. mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos por tal subsidiária. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Retenções de terceiros	155.503	85.916	252.807	88.238
Valores a restituir a assinantes	53.882	55.888	59.265	54.666
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	-	-	-	102.568
Arrendamento mercantil (a)	11.669	11.507	11.669	11.507
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	138.900	117.615	66.490	120.981
Outros credores	14.654	4.821	32.087	5.998
Total circulate	374.608	378.315	422.318	383.958
Arrendamento mercantil (a)	9.398	23.346	9.398	23.346
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	5.119	17.140	4.976	10.738
Outros credores	30.422	28.337	53.884	30.125
Total não circulate	44.939	68.823	68.258	64.209

(a) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	23.920	42.194	23.920	42.194
Despesa financeira não realizada	(2.853)	(7.341)	(2.853)	(7.341)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	21.067	34.853	21.067	34.853
Circulate	11.669	11.507	11.669	11.507
Não circulate	9.398	23.346	9.398	23.346
Cronograma de vencimentos:				
Ano	Investimento bruto	Valor presente		

A vencer até um ano 11.669 11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos 12.251 9.398
Mais de cinco anos 23.920 21.067
Total 39.592 34.064

Compromissos e Garantias

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a controladora Vivo é arrendadora de diversas lojas e sites onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes sendo que os pagamentos são mensais, equivalentes ao período do contrato, nos montantes de R\$3.959.182 e R\$8.749.794, controladora e consolidado.

Os compromissos com aluguel, lojas e sites referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Até um ano	436.599	1.227.224	436.599	1.227.224
Um ano até cinco anos	2.380.666	5.454.595	2.380.666	5.454.595
Mais de cinco anos	1.162.057	2.067.975	1.162.057	2.067.975
Total	3.959.322	8.749.794	3.959.322	8.749.794

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
O capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 e de R\$37.798.110 (R\$6.575.480 em 31 de dezembro de 2010). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Capital total em ações				
Ordinárias	381.587.111	168.819.870		
Preferenciais	744.014.819	337.417.402		
Total	1.125.601.930	506.237.272		

b. Reservas de Capital
Ações em tesouraria (239.740) (210.579)
Ordinárias (1.477.546) (185.213)
Preferenciais (1.717.286) (395.792)
Total (3.434.572) (791.584)

c. Reservas de Capital
Ações em circulação (381.347.371) (168.609.291)
Ordinárias (742.537.273) (337.232.189)
Preferenciais (1.123.884.644) (505.841.480)
Total (2.248.619.388) (997.682.960)

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações

Telefônica Brasil S.A.

(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP)

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

32. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da transação	31/12/2011				
		Ativo não circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante	Recultas	Custos de despesas
Atento Brasil S.A.	a) / c) / e) / f)	14.720	-	186.692	338	51.148
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	4	-	126.283	-	4
Telefônica de Espanha S.A.	a) / e)	5.320	-	3.997	-	6.266
Telefônica Del Peru	a) / b)	10.663	-	61	700	3.788
Telefônica Internacional S.A.	b) / d) / f)	221	17.022	201.856	-	1
Telefônica International Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	2.131	22	29.808	505	5.741
Telefônica International Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	6.057	-	3.402	-	11.918
Telefônica Moviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.424	-	5.984	-	9.190
Telefônica S.A.	d) / f)	482	1.591	172.229	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	16.990	932	10.715	2.976	6.553
Telefônica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	163	-	36.610	144	67
Terra Networks Brasil S.A.	a) / b) / e)	9.505	16	1.100	-	8.461
Outras	a) / c) / e) / f)	26.805	631	32.206	313	15.263
Total		98.185	20.214	810.215	4.976	118.400

Empresa	Natureza da transação	31/12/2010				
		Ativo não circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante	Recultas	Custos de despesas
Atento Brasil S.A.	a) / c) / e) / f)	1.250	-	104.330	338	30.356
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	7.52	134	24.072	259	3.837
Grupo Vivo	b) / c) / e) / f)	312.910	427	343.365	-	419.445
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	13.167	20.200	20.200	2.324	2.261
Telefônica S.A.	d) / f)	51	92	35.543	-	1.553
Outras	a) / c) / e) / f)	103.537	14.347	182.020	7.817	49.332
Total		439.667	16.943	709.530	10.738	506.784

a) Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Terra Networks Brasil S.A., Telefônica de Espanha S.A., Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha, Atento Brasil S.A. e Telefônica Moviles Espana S.A., principalmente por chamadas de longa distância fixa e móvel, comunicação via celular local, interconexão e com a Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda., devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea e outras empresas do grupo.

b) Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos principalmente por créditos junto à Telefônica Internacional S.A., Telefônica Del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

c) Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração, suporte de centros de atendimento e promotores de vendas; Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de roaming internacional pela Telefônica Moviles Espana S.A. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefônica Transportes e Logística Ltda. e outras empresas do grupo.

d) Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gestão e assistência técnica e dividendos e JSCP à Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda. e Telefônica S.A.

e) Recultas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como 0800, Speedy, longa distância nacional com a Terra Networks Brasil S.A., Atento Brasil S.A. e Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., reculta de infraestrutura de rede local para a Atento Brasil S.A. e serviços de telecomunicações principalmente por chamadas de longa distância com Telefônica de Espanha S.A., Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha, Telefônica Moviles Espana S.A. e outras empresas do grupo.

f) O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a serviços de roaming internacional pela Telefônica Moviles Espana S.A., serviços de administração de centros de atendimento, televidas e serviços mercadológicos prestado pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados pela Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. e Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha, despesas de gestão, assistência técnica e JSCP à Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda. e Telefônica S.A. e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefônica Transportes e Logística Ltda. e outras empresas do grupo.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo: Antonio Carlos Valente da Silva
Vice-Presidente do Conselho de Administração: Santiago Fernández Valbuena
Diretor Geral e Executivo: Paulo César Pereira Teixeira
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores: Gilmar Roberto Pereira Camurça
Secretário Geral e Diretor Jurídico: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Diretora de Controladoria: Cristiane Barreto Sales
Conselheiro: Antonio Gonçalves Oliveira
Conselheiro: Fernando Abri-Martorell Hernandez
Conselheiro: Fernando Xavier Ferreira
Conselheiro: Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro: Eduardo Navarro de Carvalho
Conselheiro: Inaki Urduñagarin
Conselheiro: José Fernando de Almansa Moreno-Barreda
Conselheiro: Luciano Carvalho Ventura
Conselheiro: José Manuel Fernandez Norriella
Conselheiro: Luis Javier Bastida Ibarquien
Conselheiro: Luiz Fernando Furlan
Conselheiro: Paulo César Pereira Teixeira
Conselheiro: Roberto Oliveira de Lima
Conselheiro: Narcis Serra Serra

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 2011 foi de aproximadamente R\$27.476 (R\$12.904 em 2010). Destes montantes, R\$14.411 (R\$9.380 em 2010) correspondem a salários e R\$6.251 (R\$5.524 em 2010) a bônus. A Telefônica Brasil também pagou aproximadamente R\$1.220 (R\$2.533 em 2010) referente ao Performance Share Plan - PSP, um plano de incentivo de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, nossos Conselheiros e Diretores não receberam sequer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (custos lucros cessantes)	R\$1.659.430
Responsabilidade Civil Geral (RCG)	R\$31.740
Seguro Garantia ANATEL	R\$24.655

34. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a controladora da Companhia, Telefônica S.A., mantinha diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais eram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e suas subsidiárias.

O valor justo das ações é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições das concessões dos instrumentos.

A Companhia reembolsa a Telefônica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor no encerramento dos exercícios de 2011 e 2010 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: "Performance Share Plan" ou "PSP"

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um Plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefônica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefônica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do Plano é de sete anos. O Plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do Plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração do acionista considerando cotação e dividendos ("Total Shareholder Return" - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefônica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2010 e 2011 ocorreram os vencimentos do segundo e terceiro ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefônica Brasil e suas subsidiárias:

Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
2º ciclo 1º de julho de 2007	175.534	30 de junho de 2010
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	30 de junho de 2011
Após o vencimento do segundo e terceiro ciclos do Plano, no mês de julho de 2010 e 2011 foram entregues ao total de executivos da Telefônica Brasil e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 175.534 e 189.763 ações, respectivamente.		

O número máximo de ações atribuído em cada um dos 2 ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
4º ciclo 1º de Julho de 2009	245.240	8,41	30 de junho de 2012
5º ciclo 1º de Julho de 2010	260.611	9,08	30 de junho de 2013

b) Plano "Performance & Investment Plan" ou "PIP"

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Dirigentes em nível Global com a atribuição de Ações da Telefônica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas Ações Iniciais Atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do Plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O Co-Investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefônica S.A. Sobre o Co-Investimento do participante a Telefônica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 01/07/2011 e se estenderá até 30/06/2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 03 anos da data da concessão as ações, serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do Ciclo;
- atingir por parte da Telefônica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano; o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração do acionista, obtido através ("Total Shareholder Return" - TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefônica S.A. superar o TSR das Empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefônica S.A. ficar no mesmo nível ou acima do TSR das Empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefônica S.A. esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

não serão entregues ações se o TSR da Telefônica S.A. ficar abaixo do TSR das Empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído neste primeiro ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	570.493	30 de junho de 2014

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: "Global Employee Share Plan" ou "GESP"

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica S.A., celebrada em 23 de junho de 2009, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefônica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefônica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefônica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do Plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no Plano puderam adquirir ações da Telefônica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de setembro de 2012, e está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuam no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim

do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em agosto de 2010, e em 31 de dezembro de 2010, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 1.137.

A Telefônica Brasil e suas subsidiárias registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Planos	R\$10.101	R\$9.516
PSP	R\$4.509	-
GESP	R\$2.298	R\$400
Total	R\$16.908	R\$10.356

35. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A. solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Médica	Sistel	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A. solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Brasil S.A.	Telefônica Brasil S.A.
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A.
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom S.A., Telefônica Brasil S.A., Vivo S.A. e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar

PREV Híbrido VisãoPrev⁽²⁾ Vivo S.A.

(1) BD = Plano de Benefício Definido; CD = Plano de Contribuição Definida; Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

(2) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica; PBS-Telesp Celular; PBS-TCO; PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev; TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular - Celular CRT, Telesp Celular, Telesp Celular, Telebrás Celular e Telesp Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,46% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme descrito abaixo:

Plano	%
PBS Telesp	13,96
PBS Telesp Celular	10,78
PBS Tele Sudeste Celular	16,67
PBS Telemig Celular	10,36
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida - o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, o que creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB - Companhia Telefônica Brasileira.

Durante o exercício de 2011, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições aos Planos PBS no montante de R\$18 (R\$17 em 2010), aos Planos Visão no montante de R\$28.743 (R\$25.574 em 2010) e aos Planos Prev no montante de R\$23.073.

A controlada Vivo S.A. também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição especial: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2011 e 2010, com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto e 30 de setembro de 2011 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2011 e com base no cadastro dos participantes de 31 de julho e 31 de agosto de 2010 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2010, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em "Provisões" (nota 20).

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

	2011	2010
Plano	34.615	20.818
CTB	273.373	198.182
PAMA	905	-
Totais consolidados	308.893	219.000

h. Premissas atuariais

	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravo na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
2011							
PBS/Visão	11,60%	PBS: 6,54% Visão: 7,20%	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
PBS Telemig	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
Celprev/PREV	11,10% PREV: 11,60%	CELprev: 7,19% PREV: 7,20%	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
CTB	N/A	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
PAMA	11,07%	N/A	7,64%	N/A	4,00%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos. Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,73%;
- Taxa de inflação: 4,5%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários

	2011	2010
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	5,87%	14,28%
- Instrumentos de dívida	92,87%	85,09%
- Outros	1,26%	0,63%
	100,00%	100,00%

Retorno esperado dos ativos dos planos

	2011	2010
- Instrumentos de capital	16,36%	15,61%
- Instrumentos de dívida	12,46%	10,82%
- Outros	11,67%	10,25%
Total	13,06%	11,50%

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme abaixo:

Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco apurado pelo atuário consultor;

Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas NTN-S disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;

Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;

Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;

Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;

Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;

Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

a. Conciliação dos ativos e passivos

	2011						
	PBS-A (i)	CTB	PAMA (ii)	PBS	Visão	PREV	Total
Total do passivo atuarial	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192
Valor justo dos ativos	1.882.195	-	93.287	294.602	108.793	73.689	2.452.566
Passivo (ativo) líquido	(667.742)	34.615	(52.375)	(74.807)	(27.438)	(27.438)	(514.374)
Limitador dos ativos	667.742	-	-	53.195	44.375	26.745	792.057
Passivo liq. reconhecido no balanço	-	34.615	273.373	905	-	-	308.893
Ativo liq. reconhecido no balanço	-	-	-	-	(85)	(30.432)	(693)
balanço							

Telefônica Brasil S.A.

(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP)

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.558.157/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora							Consolidado						
	Valor justo		Custo amortizado		Investimentos mantidos até o vencimento			Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado		Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado Valor a Receber
	Mezurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativos Financeiros														
Circulante														
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)				826.902			826.902	826.902						
Operações com derivativos	674						674	674						
Não Circulante														
Participações Societárias			35.317			35.317		35.317						
Operações com derivativos		35.142						35.142						
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)							13.819	13.819						
Total de ativos financeiros	674	35.142	35.317	826.902	13.819	35.317	911.854	911.854						
Passivos Financeiros														
Circulante														
Empréstimos e financiamentos (nota 18)			5.816	505.083			5.816	510.899						
Debêntures			5.537	463.087			5.537	468.624						
Operações com derivativos			181		10.779		10.960	10.960						
Não Circulante														
Empréstimos e financiamentos (nota 18)			290.416	987.367			290.416	1.277.783						
Operações com derivativos			81.853	705.954			81.853	787.807						
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)							13.382	13.382						
Total de passivos financeiros			383.803	2.661.491	24.161		407.964	3.069.455						

	Controladora							Consolidado						
	Valor justo		Custo amortizado		Investimentos mantidos até o vencimento			Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado		Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado Valor a Receber
	Mezurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	2012	2013	2014	2015 em diante	2015 em diante	Valor a pagar/receber 31/12/2011
Ativos Financeiros														
Circulante														
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)				2.940.342			2.940.342	2.940.342						86.827
Operações com derivativos	730	1.110					1.840	1.840						(20.111)
Não Circulante														14.263
Participações Societárias			37.696			37.696		37.696						60.595
Operações com derivativos		225.935					225.935	225.935						19.629
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)							13.819	13.819						13.547
Total de ativos financeiros	730	227.045	37.696	2.940.342	13.819		3.219.632	3.219.632						150.377
Passivos Financeiros														
Circulante														
Empréstimos e financiamentos (nota 18)				34.802	953.611		34.802	988.413						86.827
Debêntures				5.537	463.087		5.537	468.624						(20.111)
Operações com derivativos				1.327		49.835	51.162	51.162						14.263
Não Circulante														60.595
Empréstimos e financiamentos (nota 18)				969.977	2.989.138		969.977	3.959.115						19.629
Debêntures				81.853	705.954		81.853	787.807						13.547
Operações com derivativos						78.369	78.369	78.369						150.377
Total de passivos financeiros				1.093.496	5.111.790	128.204	1.221.700	6.333.490						150.377

gerando riscos de liquidez. d. Risco de Crédito O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito em suas contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas inadimplidas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de credit scoring, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas finan recebidas com o garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos ("hedged"). A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, sob o ponto de vista da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada. A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2011, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge ("hedging accounting"), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo contra o risco de hedge de valor justo. Conforme as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados para essas coberturas contábeis são reconhecidas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, a Controlada Vivo S.A. possuía um swap cambial no montante de US\$102.573 mil designado como hedge de fluxo de caixa, cuja variação acumulada do valor justo, reconhecida no patrimônio líquido, era de R\$3.022.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de swap em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira. Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um swap por sua controlada Vivo Part., o qual está indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série da 4ª emissão de debêntures à variação do índice IPCA. Em sua contratação este swap foi reconhecido como hedge de valor justo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos. **Valores justos dos instrumentos financeiros** O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas de liquidação ou realização e trazendo o valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa e o valor de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como swaps, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Efeito Acumulado Valor a Receber	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)							
BES	USD	1.106.438	19.608	1.248.514	17.306	212.262	-
Citibank	USD	-	3.155	-	2.654	-	-
Votorantim	USD	187.845	-	199.872	-	32.219	-
Banco do Brasil	USD	13.434	16.453	14.028	14.652	-	-
Bradesco	USD	258.900	-	282.205	-	19.629	-
Itaú	USD	196.728	-	231.391	-	43.137	-
JP Morgan	USD	6.324	-	6.371	-	57	-
Moeda estrangeira (b)							
Bradesco	EUR	44.098	-	43.059	-	-	-
Itaú	EUR	13.828	-	13.773	-	-	-
Índices de inflação							
Bradesco	IPCA	72.000	-	87.390	-	15.513	-
Taxa pós (c)							
Bradesco	CDI	4.644	86.954	4.638	86.537	-	-
Banco do Brasil	CDI	89	-	89	-	-	-
Citibank	CDI	-	51.025	-	50.647	-	-
Citibank	CDI	-	22.047	-	22.048	-	-
HSBC	CDI	-	10.012	-	9.980	-	-
Itaú	CDI	-	3.870	-	3.862	-	-
Itaú	CDI	3.748	-	3.739	-	-	-

DIRETORIA

Antonio Carlos Valente da Silva Diretor Presidente	Paulo César Pereira Teixeira Diretor Geral Executivo	Cristiane Barretto Sales Diretora de Controladoria	Gilmar Roberto Pereira Camurra Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário Geral e Diretor Jurídico	Milton Shigueo Takarada Contador - CRC - 1SP138816/0-8
---	---	---	--	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório Anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2011") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como a proposta de destinação do resultado do Exercício de 2011, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Flavio Stamm Conselheiro Fiscal	Cremênio Medola Netto Conselheiro Fiscal	Stael Prata Silva Filho Conselheiro Fiscal	Membros Suplentes Gilberto Lerio Laura Goulart Andrade e Almeida Cerdeira	Charles Edwards Allen
------------------------------------	---	---	---	-----------------------

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na lei das Sociedades por Ações, tudo quanto pontificado pelo Estatuto Social da Companhia como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório Anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2011") e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como o parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Membros do Comitê de Auditoria e Controlador sobre a proposta de destinação do resultado do Exercício de 2011, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação para a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Antonio Carlos Valente da Silva Presidente do Conselho de Administração	Francisco Javier de Paz Mancho Conselheiro de Administração	Eduardo Navarro de Carvalho Conselheiro de Administração	Paulo César Pereira Teixeira Conselheiro de Administração	Roberto Oliveira de Lima Conselheiro de Administração
Santiago Fernández Valbuena Vice-Presidente do Conselho de Administração	Fernando Abril Martorell Hernández Conselheiro de Administração	Ihaki Urdangarin Conselheiro de Administração	Luciano Carvalho Ventura Conselheiro de Administração	Luiz Fernando Furlan Conselheiro de Administração (representado por Antonio Carlos Valente da Silva por delegação de voto)
Antonio Gonçalves de Oliveira Conselheiro de Administração	Fernando Xavier Ferreira Conselheiro de Administração	José Fernando de Almansa Moreno-Barreda Conselheiro de Administração	Luis Javier Bastida Conselheiro de Administração	Narcis Serra Serra Conselheiro de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telefônica Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telefônica Brasil S.A., essas práticas diferem do IFRS, controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos **Demonstrações de valor adicionado** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada de valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ernst & Young Terco Quality in Everything We Do	Alexandre Hoepfers Contador CRC - SC021011/0-3-T-PR-S-SP
--	---

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. Contador CRC - 2SP015199/0-6